

REVISTA DA



AMPERJ

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

fevereiro | março | abril de 2021
nº 24 | ano 9

Diálogo e independência à frente da Amperj

Presidente Cláudio Henrique
Viana alerta para ameaças ao MP

75 anos de desafios e vitórias

Participação na Constituição de 88 e em lutas
pela classe marcam a história da Associação

Os primeiros 100 dias de gestão

Economia, pesquisa e tecnologia
para entregar serviços valiosos

Ministério Público x 'Dr. Castor'

Série revela bastidores da atuação da Procuradoria
contra a contravenção nos anos 1990



COOPERAÇÃO

é fazer parte de um grupo
que cresce junto.

Somos feitos de
VALORES

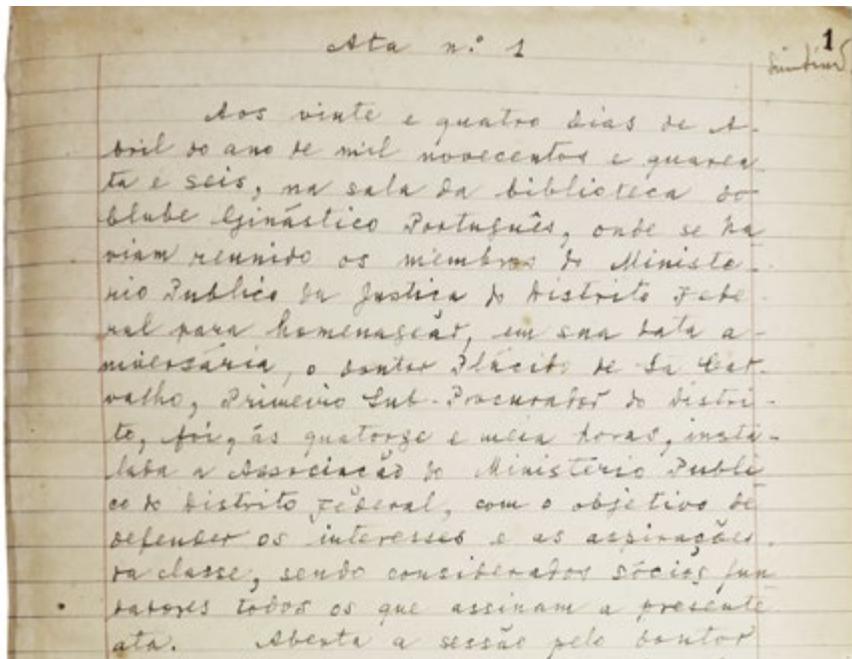


Associe-se ao Sicoob Coomperj, a Cooperativa dos Integrantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, com área de atuação em todo Território Nacional.

Acesse sicoobcoomperj.com.br e conheça mais.

Rua Rodrigo Silva, 26 9º andar - Centro - RJ
Tel. (21) 2506-2700  (21) 2506-2746
negocios@sicoobcoomperj.com.br

 **SICOOB**
Coomperj |  20 ANOS



A "Ata nº 1", de fundação da Amperj, foi redigida em 24 de abril de 1946, no Clube Ginástico Português

No dia 24 de abril, a Amperj completou 75 anos de sua fundação.

Começamos, com muita alegria, a celebrar essa data reeditando a nossa revista. Esperamos que este seja um espaço onde possamos contar um pouco da nossa história de lutas e conquistas, que começou em 1946 e que a cada dia se renova com novos desafios.

Nosso papel é dar continuidade, com muito trabalho e entusiasmo, a esse legado deixado por homens e mulheres que nos antecederam e ajudaram a construir o Ministério Público brasileiro como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, defensora da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais.

Se há alguns anos ajudamos a construir o perfil constitucional do Ministério Público, agora precisamos trabalhar para que a missão institucional possa ser desempenhada sem retrocessos.

Diversos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional impactam diretamente nossas funções e o interesse público: a reforma do Processo Penal, da Lei Geral de Proteção de Dados e de Lavagem de Capitais; alterações da Lei da Ação Civil Pública e de Improbidade Administrativa são alguns exemplos.

A responsabilidade é enorme e precisa ser desempenhada com a união e a participação de cada associado. A Amperj somos todos nós. Tenho certeza de que assim seremos capazes de vencer as adversidades e ainda teremos muito a comemorar.

Forte abraço,

Precisamos trabalhar para que a missão institucional possa ser desempenhada sem retrocessos



Cláudio Henrique da Cruz Viana

Cláudio Henrique da Cruz Viana

Presidente da Amperj



Caro leitor,

A nova Amperj é dinâmica, próxima do associado e está empenhada em ouvir as demandas de todos para oferecer serviços úteis e essenciais. Apesar das restrições impostas pela pandemia, a Amperj não parou e vem promovendo grande número de ações e eventos de forma virtual.

Esta revista, que celebra os seus 75 anos, também foi renovada para espelhar esta fase da Associação. Criou novos projetos gráfico e editorial, com uma publicação atraente e visual, para apresentar a atuação da Amperj de forma interessante aos associados e à sociedade.

Para o presidente, Cláudio Henrique da Cruz Viana, a comunicação interna e externa é fundamental. Por isso, a Amperj está reformulando seus canais a fim de informar de maneira mais agradável e eficiente. A revista é um exemplo, assim como a adoção da newsletter diária e única por e-mail e whatsapp, e as mudanças no design da página na internet. Em 2021, aumentamos significativamente a produção de notícias, com conteúdo relevante e linguagem jornalística. De janeiro a abril, foram mais de 180 matérias publicadas no site sobre a atuação da Associação, e o expressivo crescimento de 53% na audiência em comparação à média de 2020 - mesmo no auge da pandemia. Esse engajamento demonstra uma entidade viva e alinhada com os integrantes.

Nesta edição, falamos dos primeiros 100 dias de gestão, da posse da diretoria, e fazemos uma homenagem aos 75 anos de lutas e vitórias da Amperj, completados em abril. Retrataros a atuação do MP na pandemia e a pesquisa com um quarto dos associados para conhecer as demandas e oferecer serviços necessários. A revista traz um artigo do infectologista do hospital da UFRJ Alberto Chebabo sobre como o MP e a Justiça podem ajudar neste momento de crise da Covid-19. Mostramos o renascimento da Escola de Direito, fortemente impactada em 2020. Na entrevista, Cláudio Henrique celebra a história da Associação, alerta para projetos que podem enfraquecer o MP e defende um legado de acolhimento e representatividade de todos na Amperj.

Na parte final, optamos por uma área mais leve, destinada à Cultura. Ouvimos o ex-presidente da Amperj e ex-PGJ Antonio Carlos Biscaia e o procurador Antonio José Moreira para tratar da série *Doutor Castor*, da Globoplay, que revela como o MP atuou para condenar os chefes do jogo do bicho do Rio nos anos 1990. O promotor Carlos Bernardo Alves Aarão Reis apresenta um novo *terroir*, em plena Serra da Mantiqueira. E sugerimos livros para tempos de distanciamento social.

Esperamos agradecer você. Ótima leitura!

Diretoria Executiva

PRESIDENTE

Cláudio Henrique
da Cruz Viana

1º VICE-PRESIDENTE

Dennis Aceti Brasil Ferreira

SECRETÁRIA-GERAL

Claudia Maria Macedo

Perlingeiro dos Santos

DIRETOR FINANCEIRO

Felipe Barbosa Freitas Ribeiro

DIRETOR CULTURAL

Rogério Pacheco Alves

DIRETORA SOCIAL

Gláucia Maria da

Costa Santana

DIRETORA DE DEFESA DE

DIREITOS E PRERROGATIVAS

FUNCIONAIS

Andréa Rodrigues Amin

DIRETORA ASSISTENCIAL E

DE ASSUNTOS RELATIVOS A

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Déa Araujo de Azeredo

DIRETOR DE ASSUNTOS

LEGISLATIVOS

Alexandre Viana Schott

DIRETOR DE ESPORTES

Henrique Aragão

Carraro Bastos



REVISTA DA AMPERJ

PRODUÇÃO Corcovado

Comunicação Estratégica

EDITOR Raphael Gomide

SUBEDITORA Roberta Pennafort

REDAÇÃO Raphael Gomide,

Roberta Pennafort, Paulo

Tristão e Ana Carolina Borges

PROJETO GRÁFICO,

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN

Andréa Miranda

CONTATO amperj@amperj.org

IMPRESSÃO Gráfica Mec

TIRAGEM 2.000

Sumário

fevereiro | março | abril de 2021
n° 24 | ano 9

**Mensagem
do Presidente** 3

Carta do editor 4

Em Foco 6

Amperj em Ação 8

**Posse e 100 dias
de gestão** 10

**Pesquisa sobre
serviços revela
preferências dos
associados** 14

**Amperj: 75
anos de batalhas
e conquistas** 16

**MP tem atuação
firme no combate
à pandemia** 19

**EDA faz 25 anos
e consolida seu
ensino on-line** 20

Artigo 21
União de esforços
em prol da vida, por
Alberto Chebabo

**Entrevista com
presidente da Amperj** 22

**“Doutor Castor”
mostra atuação do
MP contra bicheiros** 26

**A vinícola Guaspari
e o nascimento de
um novo terroir** 29

Seleção de livros 30







Nova gestão

Procuradores e promotores na posse da diretoria da Amperj para o biênio 2021/2022, em janeiro

Destaques da Amperj

Debates, projetos, diálogos: saiba mais sobre ações da nova gestão

por
PAULO TRISTÃO



Canal de comunicação com Associação é permanente, disse PGJ

Amperj e PGJ trabalhando pelo MP

O presidente da Amperj, Cláudio Henrique da Cruz Viana, e o diretor financeiro, Felipe Ribeiro reuniram-se em janeiro com o procurador-geral de Justiça, Luciano Mattos, na sede do MPRJ, para tratar de assuntos institucionais de interesse comum para 2021. Cláudio Henrique e Mattos destacaram que a Amperj e a Procuradoria Geral devem trabalhar unidas pelo MP. "A Procuradoria-Geral de Justiça terá um canal de diálogo aberto com a Amperj", disse o PGJ na ocasião.

Mais serviços e atividades no interior do Rio

Aproximar a Amperj dos associados que moram ou trabalham no interior do estado, oferecendo serviços, convênios e atividades é o objetivo do Projeto de Interiorização da nova gestão. A Associação criou as representações regionais e o programa "Você é o Gestor", além de ter viabilizado a participação no Clube do Vinho. A Amperj, assim, reafirma seu compromisso na defesa dos direitos e prerrogativas dos membros do Ministério Público em todo o território fluminense.

MP unido e combativo

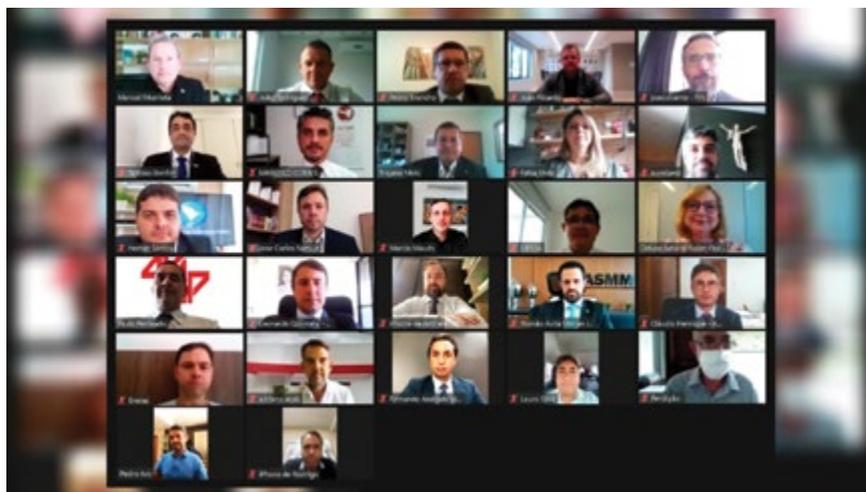
Manter o MP unido e combativo. Esta foi a meta anunciada pela corregedora-geral, Luciana Sapha Silveira, em sua posse como presidente do Conselho Nacional de Corregedores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. Ela é a primeira representante do MPRJ a presidir o colegiado. Em janeiro, Cláudio Henrique Viana foi recebido por Luciana e pela subcorregedora-geral do MPRJ, Rita de Cássia Araújo de Faria, em uma visita de cortesia. O impacto da pandemia nas condições de trabalho dos promotores foi um dos temas tratados.



Em discussão, dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19

'Amperj Debates' reúne especialistas em temas jurídicos atuais

A Amperj deu início, em março, a uma série de sete colóquios com grandes especialistas em diferentes áreas do Direito. O projeto "Amperj Debates" joga luz sobre temas de crescente interesse no cenário jurídico nacional e internacional, como proteção de dados e processos estruturantes. A cada encontro, sempre em ambiente virtual, um tópico é abordado por um palestrante, e questões são levantadas por um mediador. A ideia é reafirmar a vocação da Associação de ser um ambiente fomentador do amplo diálogo em torno de assuntos de relevância. Como aponta Rogério Pacheco, diretor cultural da Amperj, a entidade "sempre foi um local de efervescência do pensamento e do encontro de visões de mundo".



Soma de esforços para fortalecimento institucional é necessária

Gabinete de crise contra ataques ao MP é criado

Com o apoio da Amperj, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) criaram em março um gabinete integrado de crise para tratar de tentativas de enfraquecimento do MP. A decisão foi tomada na 11ª Reunião do Conselho Deliberativo (biênio 2020/2022) da Conamp, que reuniu representantes das associações dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. No encontro, virtual, o presidente da Amperj, Cláudio Henrique da Cruz Viana, defendeu que essas iniciativas sejam observadas atentamente.

'Fóruns temáticos': ambiente para reflexão

Atenta às transformações nas vidas de seus associados, no âmbito profissional e também privado, a Amperj criou os "Fóruns Temáticos", com o objetivo de disseminar conhecimento e compartilhar experiências. Trata-se de um espaço em que associados de áreas distintas podem refletir coletivamente sobre assuntos de interesse institucional. "Os fóruns vão ajudar a formar um pensamento de interesse do Ministério Público, podendo ter repercussão tanto no trabalho dos colegas, quanto no próprio papel da Amperj de ser um órgão de representação dos interesses e anseios da classe perante a administração do MP e outros órgãos externos, como o Legislativo", afirmou o presidente da Associação.



Para Cláudio Henrique, fóruns ajudam a aprofundar temas de interesse do MP

‘Nunca apostem contra o Ministério Público’

Em meio à pandemia, primeiros 100 dias de gestão da Amperj tiveram ameaças no Legislativo, cortes e remanejamento de verbas e muitas atividades on-line

por
RAPHAEL GOMIDE

“**N**unca apostem contra o Ministério Público.” A frase do novo presidente, Cláudio Henrique da Cruz Viana, na cerimônia de posse, em 29 de janeiro, dá o tom de sua visão, combativa, para a nova gestão da Amperj. Ele acredita no MP como instituição fundamental para a democracia brasileira e que não pode ser fragilizada.

Ao lado da diretoria e do Conselho Consultivo, o procurador de Justiça Cláudio Henrique assumiu a presidência, em meio à pandemia da Covid-19 e no ano do 75º aniversário, com a tarefa de defender as conquistas do passado e projetar a Associação para o futuro.

Segundo o presidente, esse trabalho se dará principalmente em duas frentes. Na institucional, a principal, o desafio é proteger a carreira e a instituição de ataques e tentativas de enfraquecimento. No plano interno, o objetivo é buscar

proativamente ouvir os membros para prestar serviços úteis e essenciais e acolher todos os pontos de vista, de modo a representar cada um dos associados.

Aos 53 anos de idade, 29 deles dedicados ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Cláudio Henrique foi eleito com 645 votos, dois terços do total, para suceder Ertulei Laureano Matos, no biênio 2021/2022. Nascido em Campos dos Goytacazes, o novo presidente da Amperj é titular da 3ª Procuradoria de Justiça junto à 26ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ele integrou o Conselho Superior do Ministério Público por dois mandatos (2013/2014 e 2015/2016) e foi membro eleito do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça entre 2017 e 2021. Antes, foi promotor de Justiça em Campos, na Capital e em Niterói. Com toda a experiência

Amperj se guiará
pelos valores
da honestidade,
coragem e
tolerância



**“Nossa
natureza
é aceitar
alegremente
desafios
difíceis e
superá-los”**

acumulada e história reconhecida dentro da instituição, chega em um momento de crise sanitária e desafios institucionais.

No discurso, o presidente afirmou que os valores da honestidade, do trabalho, da coragem, da tolerância, do caráter e do espírito livre vão guiar a Amperj. “Nossa natureza é aceitar alegremente desafios difíceis, porque não há nada tão satisfatório quanto superá-los com sobriedade e retidão. Aos que não nos conhecem, deixo um conselho: nunca apostem contra o Ministério Público”, disse, na posse transmitida pelo Youtube. A cerimônia solene foi restrita a poucos convidados, marcada pela pandemia: com máscaras, distanciamento social e todo o rígido protocolo sanitário exigido.

O procurador-geral de Justiça do MPRJ e ex-presidente da Associação, Luciano Mattos, disse que a Amperj vai enfrentar o

desafio “de preservação desse perfil constitucional, dos direitos e prerrogativas do MP no desempenho de suas funções”. Manoel Murrieta, presidente da Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público), exaltou a contribuição da instituição neste momento. “Nossa produtividade aumentou, tivemos que nos reinventar para atuar na vida judicial, extrajudicial e, também, em uma nova dimensão: a assistência social. O MP trouxe, na pandemia, uma voz de superação e de exemplo de como atuar.”

Antes da cerimônia, Cláudio Henrique já pregara a independência do Ministério Público, em entrevista a jornalistas do Valor Econômico, O Estado de S.Paulo, GloboNews e Veja. A posse foi destaque na coluna de Ancelmo Gois, no Estadão e no Valor.

O Estado de S. Paulo escreveu que a nova diretoria assume “num momento em que os holofotes estão a todo tempo sobre a instituição, responsável por diversas investigações sensíveis e de repercussão nacional”. A matéria destacou a declaração de Cláudio Henrique de que cabe à Associação defender a independência e a segurança dos integrantes do órgão. “Pode ser o filho do presidente da República ou de qualquer pessoa, não escolhemos nossos investigados. Às vezes parece que (algum procedimento) é uma coisa diferente, mas é situação normal dentro do MP”. O Valor ressaltou a autonomia dos membros do Ministério Público. “O papel da associação é reforçar que os seus representantes têm de trabalhar com suas garantias, independência e imparcialidade”, disse o procurador de Justiça.

100 dias

Cláudio Henrique e a diretoria já vinham trabalhando intensamente desde o início de janeiro. Os primeiros 100 dias passaram rápido, com muitas atividades e reuniões.

Atento às ameaças no Legislativo que buscam enfraquecer a atuação do MP, o presidente tem ido a Brasília para reuniões da Conamp e se reunido com lideranças da Câmara dos Deputados, frequentemente com o procurador Alexandre Schott (diretor de Assuntos Legislativos), para tratar de projetos de lei como a LGPD Penal, o novo Código de Processo Penal e outros que, aprovados, representariam perigosos retrocessos para o MP. A Amperj criou comissões e grupos de trabalho para encaminhar sugestões de alterações nos textos.

A Associação também manteve interlocução permanente com o Tribunal de Justiça e a Procuradoria Geral de Justiça para garantir condições de trabalho seguras aos promotores na pandemia. Por meio do presidente e da diretora Andréa Amin (Defesa de Direitos e Prerrogativas Funcionais), a entidade defendeu e publicou notas de esclarecimento e apoio a promotores.

Para basear as ações em dados reais e no interesse dos



integrantes, cumprindo o compromisso de criar mecanismos de consulta periódica, a Amperj fez uma pesquisa eletrônica com os associados sobre os serviços oferecidos, para definir quais são os mais essenciais e como podem melhorar (*leia mais na página 14*). Os resultados já estão sendo usados para a concepção e adoção de novas iniciativas. A comunicação com os membros e a imprensa é outro elemento-chave da gestão, assim como a ampliação da assistência jurídica, com a contratação de mais um advogado. Tudo faz parte do conceito de que a missão “é entregar serviços cada vez mais valiosos e inovadores aos associados da Amperj e ao próprio Ministério Público”, como descreveu Cláudio Henrique.

Sem poder promover eventos presenciais, a Amperj se adaptou e organizou eventos on-line. Já foram 22 lives, uma por semana! Celebraram aniversariantes e missas, usaram o cinema para



1



3



4

1. A mesa na posse 2. Amperj conversa com Hugo Leal, sub-relator do novo CPP 3. Felipe Ribeiro fez ajuste de contas 4. Associados terão desconto no surfe com Rico de Souza

discutir machismo e assédio, trataram de literatura ou vinho, ou ensinaram Atenção Plena e meditação, alternativas para tempos tão difíceis. Há opções para todos os gostos e interesses.

O diretor Cultural, Rogério Pacheco, movimentou o início do ano com cursos de Filosofia – que variaram de existencialismo filosófico à Grécia Antiga e à Rússia –, literatura e o projeto Amperj Debates. No Esporte, o diretor Henrique Aragão fechou convênios com instrutores de atividades como surfe, com o veterano Rico de Souza, e boxe de praia, priorizando esportes ao ar livre, e também com um fisioterapeuta, entre outros.

Cortes e remanejamento de custos

O ano começou com um rigoroso ajuste de contas, a fim de reequilibrar as despesas para melhorar os serviços oferecidos e reduzir gastos com atividade administrativa. “Percebemos a necessidade de ampliar a oferta de serviços. Nada pode ser mais importante do que os associados terem a certeza de que a mensalidade cobrada se reverte em seu proveito. Para isso, reduzimos as despesas administrativas em 15% – redimensionando o quadro de funcionários, promovendo ajustes e encerrando alguns contratos. Após 100 dias, promovemos uma redução mensal que permitiu incremento no gasto com atividade-fim. Esperamos que mais de 65% das despesas sejam relacionadas a atividades-fim”, explicou o diretor financeiro, Felipe Ribeiro.

Paralelamente, foi necessário ainda fazer uma reestruturação drástica na Escola de Direito, que passou a operar inteiramente on-line. Era preciso gastar melhor as receitas e evitar prejuízos na escola. “A nova gestão da EDA tem se esforçado para oferecer cursos preparatórios de qualidade na modalidade on-line. O resultado tem sido promissor. Duas turmas foram montadas (uma para Concursos Jurídicos e outra para delegado de Polícia Civil), e a procura tem sido surpreendente”, disse Felipe.

Dessa forma, surgiram recursos para outras atividades. Um dos projetos beneficiados, prioritário para a Amperj, é o de interiorização. A meta é trazer para mais perto promotores do interior do estado, que acabam tendo menos acesso à Associação e a suas atividades. A nova gestão criou representações regionais, que receberão recursos mensais pelo programa “Você é o gestor” para usar em ações sociais ou confraternizações. Seus responsáveis serão a ligação entre a diretoria e a região, levando demandas locais.

É apenas o começo de um trabalho de dois anos, que terá lutas, desafios e, esperamos, muitas vitórias. Contando com a participação cada vez maior dos associados, o presidente e a diretoria confiam que, até o fim do mandato, teremos uma Amperj mais forte e unida para atuar em defesa dos promotores, procuradores e do Ministério Público. ■



Adega e Clube do vinho têm boa avaliação de 6 em cada 10 associados

Serviços mais bem avaliados

(Associados muito satisfeitos/satisfeitos)



Pesquisa sobre serviços revela preferências dos associados

Restaurante, adega e Clube do Vinho estão entre os mais bem avaliados

por
PAULO TRISTÃO

O restaurante da Amperj, a adega e o Clube de Vinho são os serviços mais bem avaliados entre os oferecidos pela Associação, revela uma pesquisa feita em fevereiro e em março. Abrangente, o levantamento contou com a participação de 22% dos 1.245 associados e foi idealizado pela diretoria como instrumento de aprimoramento do que é ofertado.

Em relação ao restaurante da Amperj, 87% dos associados disseram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o atendimento. E 65,1% responderam de forma positiva quando perguntados sobre a adega da associação e o Clube de Vinho.

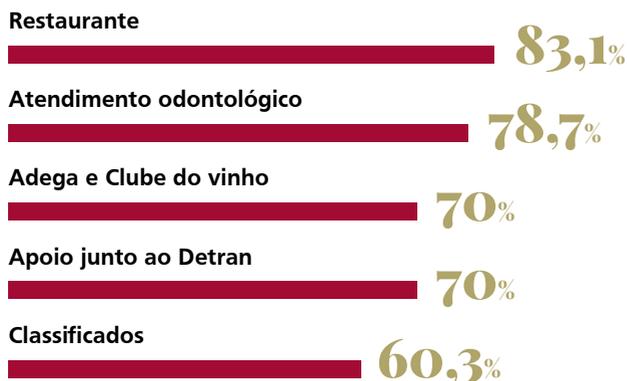
Mais da metade dos participantes também avaliou bem o atendimento odontológico, assim como a oferta de cursos, a assessoria jurídica prestada e o auxílio junto ao Detran-RJ. Entre os convênios firmados pela Amperj, os relacionados à moda e ao setor automotivo se provaram os mais populares.

Durante um mês, os associados puderam responder ao questionário e dar opiniões e sugestões sobre serviços, convênios, atividades desenvolvidas e canais de comunicação usados pela diretoria. As respostas ajudam a traçar o perfil dos associados e a identificar como a Amperj pode ser mais eficiente, dinâmica e inovadora.

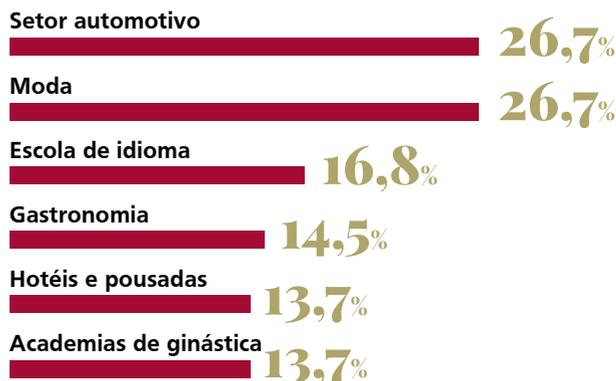
Um foco de atenção é o interior do estado. O levantamento mostrou que os associados de fora da Região Metropolitana desejam mais ações locais. A demanda pela expansão dos serviços e convênios nestas regiões foi expressiva, e já está sob observação da diretoria desde o início da gestão.

Em todo o Rio de Janeiro, é grande o interesse por eventos presenciais, tão logo haja segurança para encontros. A demanda por atividades culturais (59%), gastronômicas (57,2%) e esportivas (28,8%) foi explicitada pelos

Os mais conhecidos pelos associados



Convênios mais usados



Número de participantes: **269** **22%** **1.245**
(total de associados)

associados na pesquisa. Já na modalidade virtual, seminários (58,5%), palestras educacionais (57,6%) e debates (44,7%) foram citados.

Este é um sinal de que o modelo adotado de eventos on-line, realizados com frequência pela Amperj ao longo da pandemia da Covid-19, é bem-sucedido, pela comodidade e a possibilidade de participação simultânea de associados de diferentes localidades. Os cursos e palestras virtuais podem ser acessados na íntegra

e a todo momento. Basta entrar na área restrita do site da Associação.

Apesar de ser bastante conhecida, a intranet da Amperj carece de mais publicidade. É o que indicam 48,5% dos participantes do levantamento, que relataram que o último acesso à área havia sido mais de um mês antes. No espaço, é possível encontrar serviços, informações, consulta ao catálogo de associados e aos convênios disponíveis.

O e-mail foi apontado por 51,7% dos participantes como o canal preferencial de comunicação interna. Citaram o WhatsApp e o Instagram como aplicativos favoritos, respectivamente, 87,9% e 64,2% dos respondentes da pesquisa. Os números mostram ainda que, apesar de 88,6% dos associados

considerarem relevante a presença da Amperj nas redes sociais, a adesão aos perfis oficiais ainda é tímida.

Do questionário, surgiram sugestões a serem estudadas, como a viabilidade de uma assistência na obtenção de vistos de viagem e a oferta de cursos de oratória e de capacitação em áreas sensíveis, como direitos humanos e questões de gênero. Outras solicitações foram a criação de convênios com bancos de investimento, com taxas reduzidas, ajuda para hospedagem em outros municípios, clube de livros, apoio na declaração do Imposto de Renda e parcerias para a concessão de descontos no comércio.

A diretoria planeja estabelecer uma consulta periódica aos associados, para que os serviços agradem cada vez mais. “Este foi um dos nossos compromissos ao assumir: queremos ouvir o associado para oferecer o melhor serviço possível”, afirma Cláudio Henrique da Cruz Viana, presidente da Associação. ■

Levantamento foi montado para traçar o perfil dos associados e nortear novas ações da Amperj

75 anos de batalhas e conquistas

Ao longo de sua história, Amperj tem sido atuante na defesa dos direitos e prerrogativas dos membros do MP

por
PAULO TRISTÃO E ROBERTA PENNAFORT

Em abril, a Amperj completou 75 anos. Uma história tão longa quanto rica, de batalhas e conquistas. Se de início a Associação tinha um caráter essencialmente social, as transformações político-administrativas por que passaram o estado e o país ao longo do período que se seguiu fizeram com que a entidade assumisse uma postura incisiva na defesa dos direitos e das prerrogativas dos membros do MPRJ.

Este papel vem sendo reafirmado a cada gestão. “A Amperj é uma das responsáveis pelo atual modelo constitucional do MP como órgão defensor da sociedade e do interesse público, e vem trabalhando para que os promotores e procuradores tenham as garantias e prerrogativas necessárias ao desempenho de suas funções com independência. Essa é uma luta contínua”, destaca o presidente da Associação, Cláudio Henrique da Cruz Viana.

À frente da Amperj por três biênios consecutivos (2013-2018), o procurador-geral de Justiça, Luciano Mattos, lembra a credibilidade que a entidade foi ganhando ao longo dessas sete décadas e meia. “Eu me orgulho muito da minha passagem pela Associação. Sou

Linha do tempo

1946
Fundação da Associação do Ministério Público do Distrito Federal

Anos 1970
Congressos do MP e lançamento da “Carta de Princípios”, que daria origem à atual Conamp

1975
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado do Rio de Janeiro (Amperj)

1976
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de São Paulo (Amperj)

1977
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Minas Gerais (Amperj)

1978
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Pernambuco (Amperj)

1979
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Bahia (Amperj)

1980
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Ceará (Amperj)

1981
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Paraíba (Amperj)

1982
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Alagoas (Amperj)

1983
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Sergipe (Amperj)

1984
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

1985
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso (Amperj)

1986
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Goiás (Amperj)

1987
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Tocantins (Amperj)

1988
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Rondônia (Amperj)

1989
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Acre (Amperj)

1990
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Roraima (Amperj)

1991
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Amazonas (Amperj)

1992
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Pará (Amperj)

1993
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Maranhão (Amperj)

1994
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Piauí (Amperj)

1995
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Rio Grande do Norte (Amperj)

1996
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Rio Grande do Sul (Amperj)

1997
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Santa Catarina (Amperj)

1998
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Paraná (Amperj)

1999
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2000
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2001
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2002
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2003
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2004
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2005
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2006
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2007
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2008
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2009
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2010
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2011
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2012
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2013
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2014
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2015
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2016
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2017
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2018
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2019
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2020
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2021
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2022
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2023
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

2024
Fundação da Associação dos Promotores e Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Amperj)

testemunha dos colegas que passaram por lá e deixaram sua marca para a Amperj ter o respeito que tem hoje”, exalta Mattos.

Essa história começou a 24 de abril de 1946, data da fundação da Associação do Ministério Público do Distrito Federal. Com a mudança da capital para Brasília, o antigo DF tornou-se estado da Guanabara, e assim, em 1960, o nome foi trocado para Associação do Ministério Público do Estado da Guanabara. A denominação atual viria só em 1974, pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Momentos de inflexão não faltaram nesta caminhada. Um dos mais significativos foi em 1980. A chamada “vigília institucional”, protagonizada pela Amperj, em prol da melhoria das condições de trabalho de promotores e procuradores, e da equiparação salarial entre os membros da antiga Guanabara e do Rio, teve repercussão nacional. O movimento, inédito, teve grande importância para a construção do MP como entidade independente e autônoma. O resultado da mobilização viria em 1983.

A Amperj teve participação de relevo também na Constituinte de 1988. Trabalhou pela ampliação e regulamentação das atividades do

MP, como a garantia do poder investigatório e a atuação na defesa dos direitos difusos e coletivos, como as áreas do meio ambiente, consumidor e patrimônio público. *(leia mais na pg. 18)*

“A participação da Amperj não é só visando aos interesses de seus associados, mas da própria sociedade”, lembra a procuradora de Justiça aposentada Assy Mirza Abranches, presidente entre 1988 e 1990. Eduardo Gussem, ex-presidente (entre 2007 e 2008) e ex-PGJ, ressalta que os esforços da Amperj têm sido fundamentais para o fortalecimento institucional do MP: “A Amperj tem sido decisiva na construção desse novo formato que o MP ganhou a partir da Constituição de 1988”.

Em 1996, veio mais um passo importante para a Amperj: a entidade instituiu seu braço

Em 1980, vigília de membros do MPRJ teve repercussão nacional



1980

“Vigília institucional” por melhorias nas condições de trabalho no MP



1988

Defesa do MP na Constituinte





acadêmico, a Escola de Direito, importante centro de estudos jurídicos do estado, e detentor da maior taxa de aprovação no segmento (74%, no concurso para o MP, em 2019). Uma luta fundamental marcaria o ano de 2011: na gestão de Marfan Vieira, a Amperj rumou a Brasília para exigir maior segurança para os membros do MP e da magistratura no exercício de suas funções. A mobilização foi decorrente do brutal assassinato da juíza Patrícia Acioli.

A Associação também batalhou para garantir que o MP faça investigações criminais. No dia 25 de junho de 2013, em histórica decisão, a Câmara dos Deputados rejeitou a PEC nº 37/2011, que tinha como objetivo emendar a Constituição no sentido de deixar as apurações como atividade privativa das polícias. A Amperj atuou em várias frentes contra a aprovação dessa proposta.

Quando o mundo parou por conta da pandemia do Covid-19, a entidade assumiu papel cidadão, e mobilizou seus associados numa campanha para arrecadação de fundos para a população carente. Foram destinados mais de R\$ 80 mil a quem mais precisa. ■

Papel atuante na Constituinte

Presidente da Amperj entre 1980 e 1982, o ex-procurador-geral de Justiça e ex-deputado Antonio Carlos Biscaia destaca como conquista fundamental da Associação a instituição, pela Constituição de 1988, da eleição para PGJ pelos integrantes da carreira do MP. “Foi uma vitória com a marca da Amperj. Outros estados não queriam, caso de São Paulo”, recorda-se.

“Até ali, valia a livre escolha do governador; o PGJ poderia ser de fora do MP. Conseguimos colocar na Constituição que os promotores iriam escolher, que os nomes iriam para uma lista tríplice, que o mandato seria de dois anos”, conta Biscaia, que, à época, se revezava com colegas em estadas em Brasília para acompanhar os trabalhos no Congresso. “Todo o capítulo sobre o MP foi um avanço: a autonomia, irredutibilidade, vitaliciedade... Foram conquistas amplas.”

Ao revisitar a trajetória de 75 anos da Amperj, o ex-presidente lembra um capítulo importante: a abertura de sua sede própria. “A Amperj não tinha sede. Tínhamos uma salinha no prédio da Procuradoria, da qual fomos expulsos. Compramos umas salas na Rua Debret nº 23 graças a uma campanha e à cotização dos próprios promotores”. **R.P.**

2011

Mobilização em Brasília por mais segurança para classe

1996

Fundação da Escola de Direito da Amperj



2013

Luta contra PEC 37/2011



2020-2021

Arrecadação e doações para pessoas em vulnerabilidade social em decorrência da Covid-19

MPRJ tem atuação firme no combate à pandemia de Covid-19

Promotores apontaram irregularidades na contratação de serviços emergenciais e defenderam medidas de isolamento social

por
ROBERTA PENNAFORT



No edifício-sede, aferição de temperatura é norma

Tão logo a gravidade da pandemia de Covid-19 se confirmou no Rio de Janeiro, o Ministério Público do Estado passou a atuar para combater seus efeitos, no exercício de suas funções constitucionais e em defesa dos interesses da população. Promotores e procuradores vêm trabalhando incessantemente desde março de 2020, fiscalizando a prestação de serviços públicos na saúde e a legalidade dos contratos firmados.

Há pouco mais de um ano, o MP criou a Força-Tarefa de Atuação Integrada na Fiscalização das Ações Estaduais e Municipais de Enfrentamento à Covid-19. Foram expedidas inúmeras recomendações para gestores públicos darem transparência a seus atos, e instaurados procedimentos administrativos e inquéritos civis com vistas à lisura nas contratações emergenciais

e nas execuções destes contratos.

Muitas irregularidades foram identificadas, como sobrepreço na aquisição de respiradores, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), testes para detecção da Covid-19, medicamentos e insumos hospitalares, superfaturamento em hospitais de campanha, e direcionamento ilícito. As investigações culminaram na prisão do ex-secretário de Saúde do Estado Edmar Santos.

Outro eixo da FT foi a observação das medidas de isolamento social, preconizadas pelas autoridades de saúde para o controle da disseminação do coronavírus.

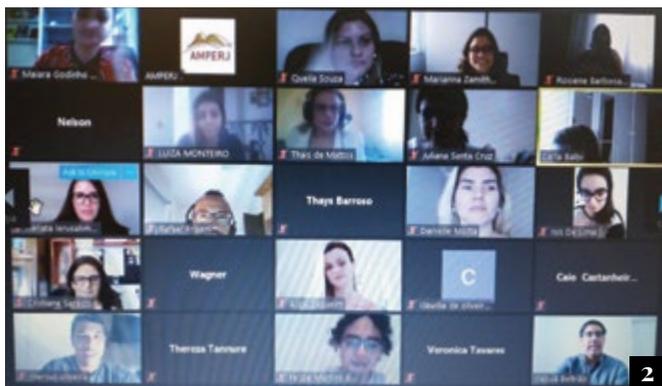
Os promotores também atuaram nas demais áreas abarcadas pela tutela coletiva, como educação, cidadania e segurança pública. O esforço rendeu 32 ações civis públicas, com 28 pedidos de tutela provisória de urgência (sendo 25

deferidos), 29 inquéritos civis e 25 procedimentos administrativos.

Internamente, o MP adotou medidas para proteger a saúde de servidores, funcionários e público. Sem prejuízo para o ritmo de trabalho e os serviços prestados à população, restringiu a circulação em seus edifícios-sede, e implementou o Regime Diferenciado de Teletrabalho.

Para viabilizar o 'home office', a Procuradoria Geral de Justiça adquiriu, em 2020, 6.500 desktops e notebooks para distribuir a membros e servidores, e emprestou mais 600 usados.

A Amperj, zelosa das condições de trabalho de promotores e procuradores de Justiça, acompanhou as medidas, mantendo-se em contato estreito com a administração para ajudar no esclarecimento de dúvidas de associados. ■



1. Flavia Bahia em live sobre concurso para delegado
2. Gravadas, aulas ficam disponíveis por um mês

Na pandemia, EDA faz 25 anos e consolida seu ensino on-line

Turma preparatória para o concurso do MPRJ está quase lotada; Escola tem maior taxa de aprovação entre os cursos

por
ROBERTA PENNAFORT

A Escola de Direito da Amperj chega aos 25 anos consolidada como principal centro de preparação para concursos para carreiras jurídicas, como o do MPRJ, e com a maior taxa de aprovação no segmento (74%, no certame de 2019). Com aulas on-line, por conta da pandemia da Covid-19, a turma atual, que começou dia 5 de abril e se encerra em abril de 2022, quase lotada.

No estilo “remoto presencial”, com o professor falando aos alunos pela plataforma Zoom, o grupo tem mais de 90 inscritos. As aulas são diárias, com duração de três horas. No total, serão 573 horas oferecidas.

Se é verdade que o contato humano em sala de aula é insubstituível, a proximidade com o professor se manteve, acredita a coordenadora pedagógica da EDA, Flavia Bahia, que leciona Direito Constitucional na Escola desde 2006.

“Um canal de perguntas fica aberto durante toda a aula. E para quem não puder assistir ao vivo, a gravação fica disponível por um mês”, ela aponta. Flavia lembra que há bastante material de apoio, como simulados com questões de provas anteriores e um caderno de jurisprudência.

Os professores da EDA – promotores, procuradores, defensores públicos e advogados – são altamente qualificados, e o aluno tem uma formação sólida, em Direito Constitucional, Administrativo, Tributário, Penal, Civil, Infância e Juventude, Meio Ambiente, entre outras áreas.

O modelo on-line permite que pessoas de fora da capital possam acompanhar, ressalta Rogério Pacheco, diretor cultural da Amperj. “É um aluno que tem maturidade e autonomia. E os professores vão criando novas formas, mais dinâmicas, de interagir e motivar a turma”, diz Pacheco, que é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Depois de um ano muito difícil, a Escola entrou 2021 já preparada para lidar com as dificuldades trazidas pela pandemia, afirma o presidente da Amperj, Cláudio Henrique da Cruz Viana. “O ano de 2020 exigiu de todos muitas adaptações. A EDA teve que migrar para o ensino à distância, com todos os desdobramentos que isso impõe”, rememora.

“Em 2021, já começamos com atividades on-line e com perspectivas de concursos públicos, principalmente para o MPRJ. Sem dúvida, é um fator de motivação para alunos e professores”, diz Viana. ■

União de esforços em prol da vida

A pandemia de Covid-19 tocou nossas vidas de maneira inimaginável. Um ano depois de o novo coronavírus chegar ao Brasil, o panorama é desolador. Com mais de 380 mil vidas perdidas, sistemas de saúde colapsados, profissionais exauridos e escassez de vacinas, nos vemos diante de um desafio do qual não se pode mais fugir. É preciso uma união de esforços para vencer essa batalha: dos três níveis de governo, do Ministério Público, do Judiciário e da sociedade civil.

Uma condução da pandemia completamente fragmentada nos trouxe até aqui. De março de 2020 até hoje, não vemos ações centralizadas que deem conta de um país continental. Cada governador e prefeito age conforme suas crenças pessoais. Alguns municípios, como o Rio de Janeiro, contam com um comitê gestor para auxiliar a prefeitura, mas se trata de uma minoria.

Tamanha é a descentralização, que vemos cidades decretando medidas restritivas para diminuir a circulação do vírus, enquanto municípios vizinhos seguem a vida normalmente. Na Região Metropolitana do Rio, se a capital se fecha, a Baixada Fluminense não altera sua rotina. O mesmo se dá quando olhamos para Niterói e São Gonçalo.

Por sua vez, o Ministério da Saúde não assume seu papel crucial de coordenação e orientação. As recomendações da ciência não mudaram: temos que usar máscara, fazer higiene das mãos e evitar aglomerações. É necessário vacinar em massa, e investir também em um sistema eficaz de testagem. É isso que está sendo aplicado no mundo todo, com notórios resultados positivos.

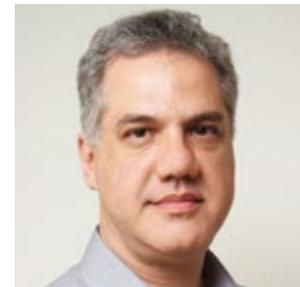
Já o brasileiro não sabe a quem escutar,

pois recebe mensagens dúbias. O discurso do presidente da República, representação máxima na estrutura federativa, é contrário ao uso da máscara e ao lockdown, e lança suspeição sobre as vacinas. Criou-se uma discussão sem sentido sobre “tratamentos precoces” que já sabíamos serem ineficazes, e também um debate falso que opõe cuidados com a saúde e com a economia.

Neste cenário, é fundamental a atuação do Ministério Público na fiscalização de governos, em defesa dos interesses da população. Vimos iniciativas de cobrança pela implementação de medidas de controle e de estruturas de atendimento, pela distribuição de leitos.

É preciso também investigar casos de aplicação ilegal de vacinas em grupos privilegiados. Absurdos como os que assistimos em Minas Gerais não podem ser tolerados. Se cada agir por si, teremos pessoas abastadas se vacinando, pessoas pobres descobertas, e cada vez menos pressão social para que as vacinas sejam universalizadas.

Infelizmente, a previsão sombria de que chegaremos, no meio do ano, a 500 mil vítimas da Covid-19, é realista. A contaminação segue em expansão na maior parte dos estados. Só com diretrizes centralizadas, critérios e protocolos muito bem definidos e o engajamento de todos o Brasil sairá dessa rota rumo ao caos. ■



Alberto Chebabo

Infectologista, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, diretor médico do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF/UFRJ) e integrante do Comitê Científico da Prefeitura do Rio

“É fundamental a atuação do Ministério Público na fiscalização de governos, em defesa dos interesses da população”



Para Cláudio Henrique, projetos no Legislativo ameaçam conquistas do MP

Uma história em construção permanente

O presidente da Amperj, Cláudio Henrique da Cruz Viana, alerta para tentativas de enfraquecer e inviabilizar a atuação do MP e as conquistas da Constituição, marco dos 75 anos da Amperj. Luta e vigilância devem ser constantes

por

**RAPHAEL GOMIDE, PAULO TRISTÃO, ROBERTA PENNAFORT
E ANA CAROLINA BORGES**

Ao ser empossado em 1992, aos 24 anos, o jovem Cláudio Henrique da Cruz Viana conheceu o Ministério Público já “refundado” pela Constituição Federal de 1988. Eram muitos os avanços, mas ainda havia uma história em construção. Ao longo da carreira, o hoje procurador de Justiça participou de inúmeros embates

institucionais ao lado do Ministério Público e da Amperj para reafirmar os direitos e atribuições previstos na Carta.

Quase 30 anos depois, como novo presidente da Amperj, Cláudio Henrique se vê novamente instado a construir essa história, lutando contra o retrocesso na frente política e institucional representado por projetos de lei que

ameaçam minar as conquistas de 1988.

Para ele, o Ministério Público independente e impessoal continua a ser, como em 1988, fundamental para o regime democrático e os interesses sociais. “Apostar no Ministério Público é acreditar e apostar nesses valores que são muito caros à sociedade brasileira”, disse, em entrevista à Revista da Amperj.

REVISTA DA AMPERJ: A Amperj está completando 75 anos. Quais são as maiores conquistas dessa história?

CLÁUDIO HENRIQUE VIANA: Sem dúvida, o grande marco, a maior conquista, é a Constituição de 88, em que a Amperj teve participação muito efetiva em todo o trabalho e as legislações que tornam possível a realização dos ideais previstos nela – o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor, uma série de leis com relação direta com a Constituição. O Ministério Público brasileiro é peculiar, é comum no Brasil que as instituições sejam copiadas de fora. O MP é resultado do que foi sendo construído na prática com as alterações legislativas, projetos de lei, foi-se descobrindo o que era o MP. A partir de 88, o MP ganhou um status de instituição essencial, com autonomia administrativa e financeira. A Constituição marca a separação do MP dos demais órgãos: passa a ser representante do interesse público, da sociedade, não mais do Executivo. Os membros são proibidos de exercer cargos executivos, para marcar essa distinção. E foram garantidas prerrogativas e garantias como as dos membros do Judiciário: independência funcional, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos.

RA: E quais são os maiores desafios institucionais hoje do MP?

CHV: Há no Congresso diversos projetos de lei que dificultariam ou inviabilizariam a atuação do MP. Preveem a modificação do Código de Processo Penal, da Ação Civil Pública, da Lei de Improbidade Administrativa,

da Lei Geral de Proteção de Dados, sobre Lavagem de Capitais e outras que podem enfraquecer o MP como instituição de Estado. Judiciário, Ministério Público, Congresso Nacional, o corpo diplomático, são Instituições de Estado que devem ser prestigiadas e fortalecidas. Essas carreiras precisam ter tratamento específico, ser atrativas para pessoas qualificadas. Há vedações, restrições, até da vida pessoal.

RA: De que maneira a Amperj pode enfrentar esses desafios?

CHV: O trabalho de coordenação nacional é feito em conjunto e coordenado pela Conamp, que congrega as associações e faz esse papel de maneira muito eficiente, tendo uma representação forte e necessária em Brasília, junto ao Congresso Nacional, aos Tribunais Superiores. O grande desafio é divulgar e explicar o que é o Ministério Público, o que faz e destacar que é muito maior do que este ou aquele membro.

São mais de 12 mil integrantes no Brasil. Não se pode resumir à atuação personalizada. É necessário mostrar os resultados. Há muito desconhecimento. A comunicação é uma grande questão para o MP. Para cumprir o papel de representante da sociedade, precisa se comunicar e relacionar com toda a sociedade civil, os Poderes, as igrejas, entidades.

RA: Como a impessoalidade e a independência fortalecem institucionalmente o MP?

CHV: A impessoalidade é um dos princípios da administração pública: a ideia de República

“É perigoso quando a atuação fica personalizada, identificada com um integrante da instituição”

pressupõe impessoalidade. Trabalhamos pelo interesse público, não próprio. É muito importante para o MP e a sociedade essa impessoalidade, fortalece o MP e os membros. Quando se percebe que, independentemente de ser o promotor A ou B, é o MP que vai atuar, isso diminui a pressão sobre o membro. É perigoso quando a atuação fica personalizada, identificada com um integrante da instituição – todos somos passíveis de erro e esse erro pode atingir toda a instituição.

RA: Quais foram as principais ações do MP na pandemia?

CHV: A atuação tem sido muito ampla, em várias áreas, como na infância e juventude, em abrigo de menores que precisam de cuidados especiais, para idosos e pessoas desassistidas. O MP tem atuação grande na área preventiva, com fiscalizações do estado, de entes públicos, estatais. Também na área punitiva, fiscalização de contratos. Houve muitos contratos com dispensa de licitação, nem sempre seguindo a lei, suspeitas de superfaturamento. Também na área do consumidor, há questões do transporte público, superlotação de pessoas. Na área ambiental, ações relacionadas à administração de cemitérios... Só pra ter uma ideia de como é diversificada a atuação na pandemia. Em muitos municípios, promotores buscaram soluções com as prefeituras. É prevenção: fazer termo de ajustamento de conduta, recomendações. O MP está em todas essas frentes. Mas também somos vulneráveis (à doença), há um sacrifício pessoal dos colegas, que se deslocam para visitar instituições, hospitais.

RA: Como a Amperj tem atuado pela segurança e as condições de trabalho dos membros?

CHV: Criamos um GT para reivindicar condições de trabalho compatíveis com o momento e os cuidados sanitários. Há preocupação com a participação em audiências, atos judiciais, pela concentração de pessoas. Por isso, requeremos ao TJ-RJ que fosse assegurada aos membros do MP a participação por vídeo nas audiências. E continuamos atentos à evolução das circunstâncias.

RA: O que pode ser melhorado para os promotores?

CHV: A tecnologia é fundamental, precisamos de ferramentas que reduzam o trabalho repetitivo. O membro do MP é uma mão de obra muito qualificada para isso. Temos de usar os instrumentos de inteligência artificial e outros que facilitem o trabalho. Um exemplo é a Ouvidoria, onde não se vê muito avanço, e onde a tecnologia poderia avançar. Os promotores são críticos porque qualquer assunto acaba indo para eles, temas repetitivos, denúncias sem embasamento, que não são atribuição do MP, mas que demandam tempo. A maneira como

hoje é feita sobrecarrega o promotor, muitas vezes sem chegar a lugar nenhum, e nisso a inteligência artificial poderia ajudar.

RA: Quais são os objetivos da gestão na Amperj e que legados quer deixar?

CHV: Fazer com que a Amperj seja cada vez mais essencial e útil aos associados. Temos um papel muito importante, a defesa do MP e do promotor, além da parte social, cultural. Mas todos precisam sentir essa importância. O principal legado é criar a maior participação possível, ser um espaço acolhedor para todas as vertentes do MP. Temos colegas com maneiras de pensar diferentes, mas todos devem se sentir acolhidos e ter espaço.

RA: Na posse, o sr. disse que a missão é entregar serviços cada vez mais valiosos e inovadores aos associados e ao MP. O que já tem sido feito?

CHV: Temos procurado identificar as principais demandas e receber sugestões, como na pesquisa para ouvir os colegas, ver as demandas e criar opções. Como temos associados com pensamentos e em fases de vida distintas, é fundamental oferecer serviços diversificados. Temos de ver o que é útil e necessário e, principalmente, o que é nossa atividade-fim.

Diminuímos a máquina para aumentar as atividades-fim, que atendem ao promotor diretamente, inclusive nas áreas legislativas e no trabalho do Ministério Público. Temos sentido que as pessoas já percebem a Amperj mais próxima de cada um, apesar das restrições para as atividades presenciais pela pandemia.

RA: Como está sendo o trabalho na pandemia?

CHV: Como todos, estamos nos reinventando. Com o uso da tecnologia, temos realizado atividades culturais, sociais, como curso de vinhos, comemoração de aniversário, tudo de





Cláudio Henrique considera a comunicação com a sociedade uma prioridade para a Amperj

“O MP é essencial para a defesa do regime democrático”

forma virtual, on-line. E isso tem o fator positivo de permitir a participação de colegas no interior. A pandemia obrigou esse modelo e imagino que tende a ficar, mas isso não paralisou a Amperj. Neste momento, a ideia é nos aproximarmos e apoiarmos, ver conteúdos novos, reflexões contemporâneas. Às vezes há até dificuldade de calendário.

RA: De que maneira a Amperj tem se comunicado e ouvido os membros?

CHV: A comunicação é uma prioridade. Para agregar pessoas, precisa de diálogo, da comunicação, ouvir. Profissionalizamos a comunicação, que é muito importante interna e externamente. A Amperj tem a função de representação dos promotores e do MP, precisamos nos comunicar bem com o Legislativo, o Judiciário, a imprensa, os formadores de opinião, exatamente para cumprir o papel de canal com a sociedade civil.

RA: Como é a relação da Amperj com a Procuradoria-Geral e a Corregedoria?

CHV: É uma relação de independência e diálogo. Como representante dos promotores, é essencial a Amperj ter um diálogo muito direto, e temos tanto com a Procuradoria-Geral quanto com a Corregedoria, que têm estado sempre abertas a ouvir as reivindicações e sugestões. E também de independência: aqui é uma instância de defesa dos interesses do promotor, então é importante que a Amperj seja diferente da Procuradoria, sob pena de enfraquecimento da própria Associação.

RA: Por que a Amperj criou um projeto de interiorização?

CHV: Sou um promotor do interior, atuei lá por nove anos, e por vezes quem está no interior fica prejudicado em relação às áreas cultural, de assistência e atividades sociais. A Amperj deve chegar efetivamente aos colegas do interior. Criamos representações regionais para serem uma ponte de quem está distante. As realidades, as perspectivas e anseios são diferentes, então é importante alguém da região trazer as considerações. Por exemplo, os colegas tinham dificuldade de acesso ao Clube do Vinho: estamos fazendo com que possam participar.

RA: O que quis dizer com a frase “Nunca apostem contra o MP” no discurso de posse?

CHV: É uma demonstração de que acredito no Ministério Público e nos seus membros, que o MP é essencial para a função jurisdicional do Estado, a defesa do regime democrático, os interesses sociais. Apostar no Ministério Público é acreditar e apostar nesses valores que são muito caros à sociedade brasileira. ■

‘Doutor Castor’ mostra atuação do MP contra bicheiros



Documentário da Globoplay conta como se deu a prisão de Castor de Andrade e de outros contraventores, nos anos 1990

por
ROBERTA PENNAFORT



A complacência da sociedade com os crimes por trás do jogo do bicho no estado do Rio é o tema central do elogiado documentário “Doutor Castor”, disponível no Globoplay desde fevereiro. O que também se destaca no filme é a combatividade do Ministério Público no início da década de 1990, que acabou por levar à prisão os principais chefes da contravenção à época. Entre eles, estava Castor de Andrade, o mais poderoso da cúpula, mas socialmente aceito por patrocinar o carnaval (a escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel) e o futebol (o time do Bangu).

Em meio a declarações de ex-jogadores, sambistas e jornalistas, sobressaem-se no documentário de Marco Antônio Araújo os relatos do então procurador-geral de Justiça e ex-presidente da Amperj Antonio Carlos Biscaia, e do procurador Antonio José Campos Moreira. Biscaia era o PGJ quando da

denúncia de 1993 contra Castor e outros 13 bicheiros, acolhida pela Justiça; Antonio José foi o responsável pela operação do MP que “estourou” a “fortaleza” do capo, em Bangu, em 1994. Na ocasião, foi encontrada a famosa lista da propina do criminoso, cheia de políticos e agentes públicos.

Em entrevista à Revista da Amperj, eles lembram dos desafios enfrentados e de como o MP se aprimorou de lá para cá, em termos de organização e eficiência. “Fui procurador-geral antes e depois da Constituição Federal. A mim incomodava muito o poder dos bicheiros. A filha do Castor de Andrade se casou na Igreja da Candelária e, entre os convidados, havia desembargador, deputado. O camarote dele no carnaval era cheio de autoridades. Aquilo me fazia mal”, diz Biscaia. No documentário, ele ressalta que a popularidade de Castor estava calcada no patrocínio das duas paixões cariocas.



3



4

1. Castor de Andrade num desfile da Mocidade
2. O ex-PGJ Antonio Carlos Biscaia
3. A juíza Denise Frossard, que condenou os bicheiros do Rio
4. O procurador Antonio José Campos Moreira

A evolução do MP neste e em outros tipos de investigação é creditada pelo procurador Antonio José especialmente à criação das Centrais de Inquérito e das Promotorias de Investigação Penal (PIPs), há 30 anos, por resolução de Biscaia. A iniciativa impulsionou a apuração dos casos diretamente pelo MP, algo que não era tão usual quanto hoje. “A investigação do bicho só foi possível pelo ato de 1991 do então PGJ Biscaia. Os promotores passaram a trabalhar juntos”, Antonio José afirma.

“De lá para cá, o MP cresceu muito, a estrutura se aprimorou. Em 1994, eram só dois andares na Av. Nilo Peçanha, ninguém sabia direito o que fazia um promotor. A criação das Centrais de Inquérito e das PIPs representou um grande avanço, um embrião para os grupos especiais de hoje, como o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado). O MP ganhou visibilidade, respeitabilidade e credibilidade”, diz.

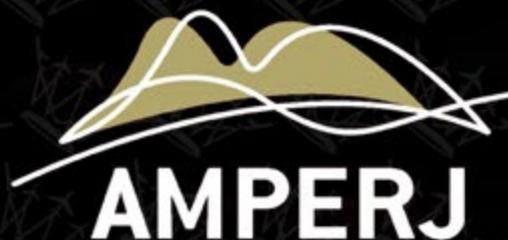
Três vezes procurador-geral (1984-1985, 1991-1993 e 1994-1995), Biscaia foi presidente da Amperj entre 1980 e 1982, quando lutou pela autonomia do MP, por melhores condições de remuneração e também pela eleição do PGJ entre membros da instituição. Sobre a investigação dos bicheiros, ele conta que não era possível confiar na isenção da polícia, que havia sido corrompida pela contravenção. Daí a necessidade de se levar a investigação para o MP, e sob seu olhar atento.

“Havia cerca de 100 homicídios ligados ao bicho, mas os inquéritos não iam pra frente. Saí em 1985 e voltei, eleito, em 1991. Vi que em seis anos a polícia não tinha feito rigorosamente nada. Era conivente. Aí falei: ‘vamos investigar aqui, no gabinete’”, revela. “Foi uma tese inovadora. Colhemos depoimentos, juntamos provas e vimos que os bicheiros formavam uma organização criminosa. Não havia a lei que dispõe sobre isso. A denúncia foi de formação de quadrilha armada, art. 288 do Código Penal. Esse foi o pulo do gato”.

Segundo Antonio José, a investida contra a “fortaleza” de Castor foi a primeira grande operação direta do MP no Brasil. “Não trabalhei oficialmente na formulação da denúncia, só ajudei. Já o ‘estouro’ da ‘fortaleza’, comandeí do início ao fim. Montamos tudo no MP, com um grupo muito pequeno de policiais militares. A Polícia Civil ficou completamente de fora, porque o comprometimento era grande. A repercussão foi nacional, por causa da lista da propina, que tinha até candidata a presidente da República. A gente não podia imaginar que fosse tão extensa, inclusive, com nomes do MP e da Justiça”. ■



ELITE
TRAVEL



Hotel Cdesign Recreio

Dia 12 de Junho

R\$ **692**,00

Valor por casal

Café da Manhã no quarto

Late check out :15 horas

Jantar: **Prato principal, sobremesa e 1 bebida não alcoólica para o casal.**

Upgrade de categoria: **Mediante a Disponibilidade 1 Garrafa de espumante e chocolate no quarto.**

Dia dos
Namorados
2021

Mulheres nas alturas em São Paulo

De 18 a 20 de Junho

Apenas:
R\$ **1.697**,00

+taxas

Transfer aeroporto / Hotel / aeroporto
02 noites no Grand Mercure Vila Olimpia
com café da manhã
Passeio de balão em Boituva
City tour
Aula de Yoga no heliponto do prédio do hotel

viaella
by viacapi



Hotel Fazenda Vilarejo ALL INCLUSIVE

Em comemoração dessa nova parceria, a **Elite Travel** vai entregar para **sorteio** entre os seus associados

1 FINAL DE SEMANA (2 diárias)* para **DUAS PESSOAS** em apartamento duplo.

Situado em **Valença, Rio de Janeiro**, o hotel dispõe de piscina, lounge compartilhado, salão de jogos, quadras de areia e poliesportiva, recreação para adultos e crianças, fazenda, restaurante, bar, cachaçaria, espaço para preparar as refeições dos bebês, wi-fi e estacionamento gratuito.

10%

De **DESCONTO**
para a associados
da **AMPERJ**



reservas@elitetravel.tur.br



+55 21 9 93728974



Uvas syrah, cabernet franc, cabernet sauvignon e viognier se espalham por 50 hectares

A vinícola Guaspari e o nascimento de um novo terroir

Espirito Santo do Pinhal (SP), aos pés da Serra da Mantiqueira, firma-se como região produtora de vinhos de qualidade

por
CARLOS BERNARDO ALVES AARÃO REIS

Você já ouviu falar em uma região de vinhos brasileira chamada Espirito Santo do Pinhal, em São Paulo, que fica perto da divisa com Minas Gerais e aos pés da Serra da Mantiqueira?

Faz alguns anos que uma nova vinícola apresentou seus vinhos ao mercado: a Guaspari. O grande diferencial é que não se tratava de mais uma vinícola com equipamentos e enólogos de primeira linha fazendo excelentes vinhos.

Era muito mais: o nascimento de toda uma região produtora, justamente a Espirito Santo do Pinhal.

Foi em 2006 que a Guaspari plantou suas primeiras videiras na propriedade, que tem solos graníticos muito similares aos do Rhône setentrional. Isso aconteceu após o estudo das diferentes parcelas locais, feito para identificação do local apropriado para cada tipo de casta.

O processo é muito cuidadoso. Utilizando-se da chamada técnica da dupla poda, transfere-se a colheita para fins de maio e junho, evitando-se que ocorra entre o final de janeiro e o início de março, quando o clima é muito quente na região, tanto de dia quanto à noite.

A Guaspari conta hoje com cerca de 50 hectares de vinhedos e mantém vinhas com uvas diversas, como syrah, cabernet franc, cabernet sauvignon e viognier.

Cada vinhedo é chamado de Vista, como Vista da Serra e Vista do Bosque, e seus vinhos, de produção limitada, vêm recebendo ano a ano prêmios nacionais e internacionais.

Se você ainda tinha dúvidas sobre o potencial do vinho brasileiro, é hora de repensar isso!

Lembrando que a Amperj tem parceria direta com a Guaspari, e conta com alguns rótulos em sua carta.

Aproveite! Saúde! ■



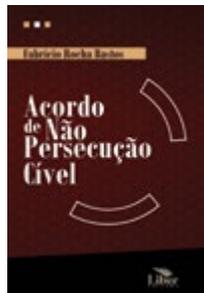
**Carlos Bernardo
Alves Aarão Reis**

Promotor de Justiça
WSET Level 3
(Advanced)
www.vinocult.net
@carlosreis74

Na pra te lei ra

Uma seleção de livros de Direito, Ciências Sociais e ficção

por
ANA CAROLINA BORGES



“Acordo de Não Persecução Cível”

O livro de Fabrício Rocha Bastos, promotor de Justiça do MPRJ, versa sobre o instituto do Acordo de Não Persecução, e aborda todas as suas implicações materiais, formais e práticas. Através de farta pesquisa doutrinária, o professor da Escola de Direito da Amperj trata dos pontos de aplicabilidade do instrumento e apresenta questões sensíveis. **Editora:** Liber.



“Natasha”

O romance psicológico do promotor de Justiça Felipe Cuesta, do MPRJ, é centrado em Natasha, uma professora bem-sucedida e com um casamento estável que teve a infância marcada por uma tragédia. Quando se vê no papel de mãe, ela descobre que ainda precisa lidar com fragilidades do passado. Inspirado em um caso criminal em que o autor atuou, o livro traz ponderações sobre amor, família e culpa. **Publicação independente.** Para comprar, use o QR code ao lado.



“Sem data venia: um olhar sobre o Brasil e o mundo”

Com perspectiva otimista e linguagem simples, o ministro do Supremo Tribunal Federal e professor Luís Roberto Barroso apresenta suas visões sobre assuntos como desigualdade social, racismo, polarização político-ideológica, preservação do meio ambiente, educação básica, liberdades de expressão e religiosa, corrupção, impunidade, direitos LGBTQIA+, pandemia da Covid-19 e justiça social. **Editora:** Intrínseca.



“Mulheres e Justiça: os direitos fundamentais escritos por elas”

A obra reúne 32 artigos de 48 autoras sobre temas referentes aos direitos fundamentais das mulheres e ao papel feminino no cenário jurídico. Com coordenação de Sandra Cureau, subprocuradora-geral da República; Alessandra Gotti, advogada e presidente do Instituto Articule; e Inês Soares, desembargadora no TRF-3, a coletânea propõe reflexões a respeito da igualdade de gênero, constitucionalmente assegurada. **Editora:** Juspodivm.



“Pacote Anticrime - Volume 2”

Em 18 artigos, os autores analisam os impactos da Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, nos sistemas penal e processual brasileiros e, a atuação do Ministério Público. Entre os tópicos tratados, estão a identificação criminal pelo perfil genético, prisão preventiva, juiz de garantias e livramento condicional. Os organizadores são Fernanda Marinela, conselheira do CNMP e presidente da UNCMP; Danni Sales, secretário executivo da UNCMP; e Eduardo Cambi, promotor de Justiça e coordenador da Escola Superior do MP/PR. **Edição:** CNMP e MPPR.

CAMPERJ

CAMPERJ: PARCERIA A FAVOR DA SAÚDE



DEDICADA A GARANTIR O BEM-ESTAR DOS MEMBROS DO MPRJ, A INSTITUIÇÃO FAZ PARTE DA HISTÓRIA DA AMPERJ.

Em 24 de abril de 2021 a AMPERJ completa 75 anos de existência. A data é motivo de celebração de todo o Ministério Público do Rio de Janeiro. A história da associação, ao longo do período, foi trilhada em um percurso de lutas e muitas vitórias em favor dos membros do MPRJ. E, nos últimos 40 anos, a AMPERJ conta com estreita parceria da Caixa de Assistência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

A CAMPERJ é igualmente uma entidade sem fins lucrativos, voltada para a saúde e o bem-estar dos membros do MPRJ e de seus familiares. Todos os recursos arrecadados são empregados diretamente na implementação de melhorias dos nossos serviços. São mais de 1.000 (mil) credenciamentos médicos, incluídas as maiores e melhores organizações médico-hospitalares do estado.



CUIDADOS QUE FAZEM A DIFERENÇA

Com o intuito de propiciar um atendimento cada vez mais personalizado e um ambiente acolhedor para os seus associados, a CAMPERJ oferece programas especiais dedicados ao maior patrimônio de todos: a saúde.

CAMPERJ

PARABÉNS
À **AMPERJ**
PELOS SEUS

75 ANOS.

UMA HISTÓRIA DE GRANDES LUTAS. E CONQUISTAS AINDA MAIORES.

Cuidar da saúde dos beneficiários sempre foi a maior prioridade da CAMPERJ. É por isso que a parceria com a AMPERJ é tão singular. Duas instituições unidas na defesa incansável dos direitos e no bem-estar dos membros do MPRJ.

A CAMPERJ se orgulha de fazer parte dessa jornada, há quase 40 anos.

Central de Atendimento: (21) **2224.9688**

 [camperjmprj](#)

 [camperjmprj](#)

 [camperj](#)



CAMPERJ

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO